

Demonstrações Contábeis

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

31 de dezembro de 2013

com Relatório dos Auditores Independentes

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME
Cuiabá – MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, sendo considerada informação adicional para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de janeiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3-S-MT

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
CIRCULANTE			
		48.282	45.304
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.042	1.858
Investimento de curto prazo	5	-	3.764
Concessionárias e permissionárias	6	6.560	3.721
Impostos a recuperar	7	438	308
Adiantamento a fornecedores		330	319
Ativo financeiro da concessão	8	35.744	35.191
Outros ativos		168	143
NÃO CIRCULANTE			
		276.449	265.284
Títulos e valores mobiliários	11	8.452	7.822
Ativo financeiro da concessão	8	267.826	257.462
Depósitos judiciais		171	-
ATIVO TOTAL		324.731	310.588
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		22.533	22.405
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	11	7.715	7.728
Fornecedores		2.536	4.738
Partes relacionadas	18	3.191	6.989
Salários, férias e encargos sociais		313	206
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	855	834
Dividendos a pagar	12	6.125	-
Taxas regulamentares		1.197	925
Outras obrigações		601	985
NÃO CIRCULANTE			
		152.317	157.967
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	11	150.614	156.799
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.691	1.168
Outras obrigações		12	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		149.881	130.216
Capital social	12	97.794	97.794
Reservas de lucros	12	52.087	32.422
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		324.731	310.588

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	47.432	48.854
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(4.002)	(2.646)
Custo de infraestrutura		(421)	(7.730)
		<u>(4.423)</u>	<u>(10.376)</u>
LUCRO BRUTO		43.009	38.478
(DESPESAS) RECETAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	15	(730)	(1.060)
Pessoal		(724)	(491)
Honorários da diretoria e conselho de administração	18	(566)	(617)
Outras despesas		-	(162)
		<u>(2.020)</u>	<u>(2.330)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		40.989	36.148
Despesas financeiras	16	(15.510)	(18.976)
Receitas financeiras	16	2.797	1.862
		<u>(12.713)</u>	<u>(17.114)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.276	19.034
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.963)	(1.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(523)	(578)
		<u>(2.486)</u>	<u>(1.948)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		25.790	17.086
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	13	<u>0,26372</u>	<u>0,18221</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>97.794</u>	<u>97.794</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.790	17.086
Resultado abrangente	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>25.790</u>	<u>17.086</u>

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros				Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		88.000	766	-	14.570	-	103.336
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.086	17.086
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	854	-	-	(854)	-
Reserva de lucros	12	-	-	-	16.232	(16.232)	-
Aumento de Capital conforme Ata de Reunião do Conselho da Administração - 21/05/2012		709	-	-	-	-	709
Aumento de Capital conforme Ata de Reunião do Conselho da Administração - 22/06/2012		9.085	-	-	-	-	9.085
Saldos em 31 de dezembro de 2012		97.794	1.620	-	30.802	-	130.216
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.790	25.790
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	1.290	-	-	(1.290)	-
Reserva de lucros	12	-	-	-	17.232	(17.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	(6.125)	(6.125)
Dividendos adicionais propostos	12	-	-	1.143	-	(1.143)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		97.794	2.910	1.143	48.034	-	149.881

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.276	19.034
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	14.600	16.636
Receita de aplicações financeiras	(859)	(688)
Descontos financeiros obtidos	(1.160)	(1.158)
Baixa de ativos	-	247
	40.857	34.071
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(2.839)	(3.721)
Ativo financeiro da concessão	(10.917)	(20.182)
Impostos a recuperar	(130)	225
Outros ativos	(207)	(424)
	(14.093)	(24.102)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.202)	(5.605)
Partes relacionadas	(3.798)	1.286
Taxas regulamentares e setoriais	249	782
Salários, férias e encargos sociais	107	63
Contribuições e impostos a recolher	(1.942)	(1.129)
Outros passivos	(421)	(2.030)
	(8.007)	(6.633)
	18.757	3.336
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	15.524	18.932
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(11.531)	(12.795)
	3.993	6.137
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	9.794
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	86.588
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(19.566)	(104.644)
	(19.566)	(8.262)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	3.184	1.211
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.858	647
Saldo no final do exercício	5.042	1.858
	3.184	1.211
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	701	498
Pagamento de imposto de renda	1.314	270

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS		
Receita de concessão de transmissão	5.967	5.276
Receita de infra-estrutura	421	7.730
Remuneração dos ativos da concessão	43.430	38.090
	<u>49.818</u>	<u>51.096</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infra-estrutura	(421)	(7.730)
Serviços de terceiros	(2.221)	(1.820)
Materiais	(166)	(191)
Outros custos operacionais	(175)	(141)
	<u>(2.983)</u>	<u>(9.882)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	2.797	1.862
	<u>2.797</u>	<u>1.862</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	49.632	43.076
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	2.076	1.699
Benefícios	409	224
Auxílio alimentação	161	118
Assistência médica e odontológica	173	89
Outros	75	17
FGTS	142	138
	<u>2.627</u>	<u>2.061</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.608	4.866
INSS	517	441
Encargos do consumidor	1.205	1.108
Imposto de renda e contribuição social	1.963	1.370
PIS e COFINS	1.181	1.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	523	578
Outros impostos e taxas	219	235
	<u>5.608</u>	<u>4.866</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	14.528	16.636
Aluguéis	97	87
Outras despesas financeiras	982	2.340
	<u>15.607</u>	<u>19.063</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	6.125	-
Reservas de lucros	19.665	17.086
	<u>25.790</u>	<u>17.086</u>
	49.632	43.076

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 – parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 500/230 kV – 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é de R\$ 35.559 para o ciclo de 2013/2014 (R\$ 33.388 para o ciclo de 2012/2013). Para os ciclo de 2012/2013 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 33.388 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de janeiro de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de tráfego, perda de energia, extensão da linha de transmissão, seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários e os investimentos de curto prazo são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

3.1.3. Contas a Receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.1.5. Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.2. Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.3 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos derivativos.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

- Fornecedores: inclui obrigações com aquisição de energia, materiais e serviços.

3.4 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados.

3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de em suas demonstrações.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na Demonstração do Resultado.

3.9.1. Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

3.9.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.10. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.11. Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.12.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.12.2. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.12.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.12.4. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.12.5. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.12.6. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.12.7. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.12.8. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.14. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	1.339	1858
Certificados de depósitos bancários	3.703	-
	<u>5.042</u>	<u>1.858</u>
	31/12/2013	31/12/2012
Investimento de curto prazo		
Certificados de depósitos bancários	-	3.764
	<u>-</u>	<u>3.764</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2013, comparado a 100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2012.

6. Concessionárias e permissionárias

	Saldos vincendos	Saldos vencidos				(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31/12/2013
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Encargos de uso da transmissão faturados	5.053	828	32	68	579	-	6.560
	<u>5.053</u>	<u>828</u>	<u>32</u>	<u>68</u>	<u>579</u>	<u>-</u>	<u>6.560</u>
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				(-) Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	31/12/2012
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Encargos de uso da transmissão faturados	6.616	727	5	72	-	(3.699)	3.721
	<u>6.616</u>	<u>727</u>	<u>5</u>	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>(3.699)</u>	<u>3.721</u>

Provisão para crédito de liquidação duvidosa: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha uma provisão de crédito de liquidação duvidosa em função do órgão regulador não ter reconhecido que as atividades da Companhia haviam iniciado em novembro de 2011. Em 27 de junho de 2013, através da resolução homologatória nº 1559, o órgão regulador concedeu a RAP referente ao período glosado, sendo tal provisão revertida durante o ano de 2013.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	54	8
Imposto de renda - IRPJ	201	201
Programa de Integração Social - PIS	5	5
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	23
Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	155	71
	<u>438</u>	<u>308</u>

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

8. Ativo Financeiro da concessão

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	272.471
Receita de transmissão de energia (nota 14)	5.276
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	38.090
Receita de infra-estrutura (nota 14)	7.730
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(30.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	292.653
Receita de transmissão de energia (nota 14)	5.967
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	43.430
Receita de infra-estrutura (nota 14)	421
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(38.901)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	303.570
Circulante	35.744
Não circulante	267.826
	303.570

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pelas concessionárias quando da outorga de suas concessões e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. Seu reajuste é feito anualmente, pelo IPCA, de acordo com os termos previstos nos contratos de concessão. A revisão tarifária ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. Não há, entretanto, reajuste dos custos operacionais. Além disso, a RAP poderá sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL;

- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

De modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, A Companhia fará jus a receitas adicionais para amortização dos investimentos realizados para a implementação de reforços em nossas instalações. No caso de reforços sujeitos à autorização prévia da ANEEL, essas receitas adicionais serão determinadas previamente pela ANEEL. Com relação aos reforços ou melhorias que não exijam autorização prévia da ANEEL, eventuais receitas adicionais serão calculadas em processo de revisão extraordinária da RAP, sendo que os valores fixados na revisão retroagirão até o momento em que os reforços iniciaram operação.

9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	288	264
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	142	117
	<u>430</u>	<u>381</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9	10
Programa de Integração Social - PIS	66	73
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	306	335
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34	31
Outros	10	4
	<u>425</u>	<u>453</u>
Total Geral - Impostos a recolher	<u>855</u>	<u>834</u>

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

s

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	268.059	268.059	271.671	271.671
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(324.731)	(324.731)	(310.587)	(310.587)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	(56.672)	(56.672)	(38.916)	(38.916)
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(4.534)	(6.801)	(3.113)	(4.670)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	31	-	6	-
IR e CS diferidos (Passivo)	(1.079)	(612)	(748)	(420)
IR e CS diferidos (Resultado)		(523)		(578)

11. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional			31/12/2013				
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal		Custo de transação a amortizar	
			Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:							
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/29	TJLP+10,00%	1.263	-	80.000	-	-
BNDES (II)	15/05/26	TJLP+3,60%	267	6.236	71.191	(51)	(577)
			<u>1.530</u>	<u>6.236</u>	<u>151.191</u>	<u>(51)</u>	<u>(577)</u>

Moeda nacional			31/12/2012				
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal		Custo de transação a amortizar	
			Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:							
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/29	TJLP+10,00%	1.260	-	80.000	-	-
BNDES	25/05/12	CDI + 2,55%	284	6.235	77.427	(51)	(628)
			<u>1.544</u>	<u>6.235</u>	<u>157.427</u>	<u>(51)</u>	<u>(628)</u>

- I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011, com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- II) Em de fevereiro de 2012, a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, no qual foi liberado pela instituição financeira no dia 15 de maio de 2012. Este empréstimo está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a, com vencimento em 15 de maio de 2026, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. O contrato com o BNDES possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2013, os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, sendo eles:

Índices financeiros	Índice definido em Contrato
Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 25%
Índice de cobertura de serviço da dívida	≥ 1,2

b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Bônus de adimplência	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2012						31/12/2013
Empréstimos e financiamentos							
Banco do Brasil - FCO	81.260	-	7.716	-	(1.160)	(6.553)	81.263
BNDES	83.946	-	6.761	(6.236)	-	(6.777)	77.694
BNDES - Custos de captação	(679)	-	51	-	-	-	(628)
	164.527	-	14.528	(6.236)	(1.160)	(13.330)	158.329

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Bônus de adimplência	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2010						31/12/2012
Empréstimos e financiamentos							
Banco do Brasil - FCO	81.204	-	7.776	-	(1.158)	(6.562)	81.260
Banco do Brasil - Cédula de crédito 920	50.637	-	1.333	(50.000)	-	(1.970)	-
Banco do Brasil - Cédula de crédito 877	35.264	-	2.661	(35.000)	-	(2.925)	-
BNDES	-	87.300	4.833	(3.637)	-	(4.550)	83.946
BNDES - Custos de captação	-	(712)	33	-	-	-	(679)
	167.105	86.588	16.636	(88.637)	(1.158)	(16.007)	164.527

c) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
	Banco do Brasil - FCO	BNDES	BNDES - Custos de captação
2015	-	6.235	(51)
2016	5.128	6.235	(51)
2017	6.154	6.235	(51)
2018	6.154	6.235	(51)
2019	6.154	6.235	(51)
Após 2019	56.410	40.016	(322)
	80.000	71.191	(577)

O contrato com o Banco do Brasil - FCO não exige a manutenção de índices financeiros.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui garantias constituídas, conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estas garantias são no montante de R\$ 8.452 e de R\$ 7.822, respectivamente, estão registradas na rubrica “títulos e valores mobiliários” e são remuneradas em média a 100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 97.794, composto por 97.794 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

12.2 Composição acionária:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	44.985	46,00	44.985	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	47.919	49,00	47.919	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	4.890	5,00	4.890	5,00
Total das ações	97.794	100,00	97.794	100,00

12.2 Reserva Legal e destinação do resultado:

Destinação do resultado	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	25.790	17.086
Constituição de reserva legal (5%)	(1.290)	(854)
Subtotal	24.500	16.232
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.125)	-
Dividendos adicionais propostos	(1.143)	-
Reserva de lucros	(17.232)	(16.232)
Saldo de lucros acumulados	-	-

13. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	Período findo em	
	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	25.790	17.086
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	97.794	93.772
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,26372	0,18221

14. Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta		
Receita de transmissão de energia	5.967	5.276
Remuneração do ativo de concessão	43.430	38.090
Receita de infra-estrutura	421	7.730
Total - Receita operacional bruta	49.818	51.096
Tributos sobre a receita operacional bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(210)	(202)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(971)	(932)
	(1.181)	(1.134)
Encargos regulamentares da concessão		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(876)	(808)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(132)	(120)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(131)	(120)
Ministério de minas e energia - MME	(66)	(60)
	(1.205)	(1.108)
Receita Operacional líquida	47.432	48.854

15. Custo dos serviços prestados

	31/12/2013		
	Custo dos Serviços Prestados	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(1.854)	-	(1.854)
Material	(133)	(33)	(166)
Serviços de terceiros	(1.637)	(584)	(2.221)
Arrendamento e aluguéis	(18)	(79)	(97)
Seguros	(158)	-	(158)
Tributos e taxas	(10)	(19)	(29)
Outras	(17)	-	(17)
Provisão para contingências	-	(15)	(15)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(175)	-	(175)
Total	(4.002)	(730)	(4.732)

	31/12/2012		
	Custo dos Serviços Prestados	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(1.394)	-	(1.394)
Material	(110)	(81)	(191)
Serviços de terceiros	(981)	(839)	(1.820)
Arrendamento e aluguéis	(4)	(83)	(87)
Seguros	(136)	-	(136)
Tributos e taxas	(16)	(57)	(73)
Outras	(5)	-	(5)
Total	(2.646)	(1.060)	(3.706)

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	859	688
Descontos obtidos	1.160	1.158
Multa contratual recebida de fornecedores	768	16
Outros	10	-
Total	2.797	1.862
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(14.528)	(16.636)
Despesas bancárias	(9)	(6)
Atualização monetária	(72)	(5)
Juros e multas	(901)	(2.329)
Total	(15.510)	(18.976)
Total Líquido	(12.713)	(17.114)

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(1.338)	(625)	(919)	(451)
Diferidos	(331)	(192)	(367)	(211)
Total	(1.669)	(817)	(1.286)	(662)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão	37.051	37.051	31.063	31.063
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	2.964	4.446	2.485	3.728
Receita financeira	2.797	2.797	1.286	1.286
	5.761	7.243	3.771	5.014
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.338)	(625)	(919)	(451)
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)	(331)	(192)	(367)	(211)
d) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	28.276	28.276	19.034	19.034
Despesa com tributos	1.669	817	1.286	662
Alíquota efetiva	5,9%	2,9%	6,8%	3,5%

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos em aberto de partes relacionadas são conforme segue:

Partes relacionadas	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante		
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	3.191	6.989
	3.191	6.989

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	(566)	(617)
Total	(566)	(617)

- (a) Benefícios de curto prazo: incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, previdência privada, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros, e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

19.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados e classificados conforme segue abaixo:

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2013		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.042	5.042	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Concessionárias e permissionárias	6.030	6.030	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	171	171	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	303.570	303.570	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	8.452	8.452	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	<u>323.265</u>	<u>323.265</u>		
Passivos financeiros				
Fornecedores e Partes relacionadas	5.727	5.727	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	158.329	158.329	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>164.056</u>	<u>164.056</u>		

	31/12/2012		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.858	1.858	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3.764	3.764	Valor justo	Disponíveis para venda
Concessionárias e permissionárias	3.721	3.721	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	292.653	292.653	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	7.822	7.822	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	<u>309.818</u>	<u>309.818</u>		
Passivos financeiros				
Fornecedores e Partes relacionadas	11.727	11.727	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	164.527	164.527	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>176.254</u>	<u>176.254</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

19.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

19.4 Informações sobre liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

19.5 Análise de sensibilidade dos investimentos e das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido através do relatório Focus do Banco Central de 27 de dezembro de 2013; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2013	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			10,47%	5,24%	7,85%	13,09%	15,71%
Aplicações financeiras (Caixa e Equivalentes de caixa)	CDI	3.703	388	194	291	485	582

Empréstimos, financiamentos e debêntures (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2013	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%
BNDDES	TJLP +	3,60%	77.427	6.798	4.793	5.795	7.801
		Total	77.427	6.798	4.793	5.795	7.801
				4.793	5.795	7.801	8.803

19.6 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

19.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

19.6.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

19.6.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

19.7 Riscos de mercado

19.7.1 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

19.7.2 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

19.8 Outros riscos

19.8.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.

19.8.2 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem um contrato de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

19.8.3 Gestão de capital

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(7.715)	(7.728)
Não circulante	(150.614)	(156.799)
Dívida total	(158.329)	(164.527)
Caixa e equivalentes de caixa	5.042	1.858
Investimentos de curto prazo	-	3.764
Dívida líquida	(153.287)	(158.905)
Patrimônio líquido	149.881	130.216
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	102,3%	122,0%

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

20. Provisões para litígios

Na data base de 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui um processo trabalhista classificado como “provável” de perda, no montante de R\$ 151, onde há pleito de verbas rescisórias e indenizações.

21. Informações por segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

22. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	04/07/13	04/07/14	105.860
Total			<u>105.860</u>